

**LIVRO DE
QUESTÕES**

PRF e PF

**POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL E POLÍCIA
FEDERAL**

**LIVRO DE
QUESTÕES**

PRF e PF

**POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL E POLÍCIA
FEDERAL**



EXPEDIENTE

Diretora editorial
Coordenação editorial
Revisão
Projeto gráfico
Diagramação

Juliana Pivotto
Mari de Barros
Equipe de Revisão Nova Concursos
Alessandro
Willian Lopes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Angélica Ilacqua CRB-8/7057

PRF e PF : Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal / [Bruna Pinotti Garcia Oliveira]...[et al]. -- São Paulo : Nova Concursos, 2019.

322 p. (Livro de Questões)

ISBN 978-65-80143-15-3

1. Serviço público - Brasil - Concursos 2. Concursos - Problemas, questões, exercícios 3. Polícia Federal - Concursos 4. Polícia Rodoviária Federal I. Oliveira, Bruna Pinotti Garcia

CDU 35.08(079.1)

18-0296

Índices para catálogo sistemático:

1. Serviço público - Brasil - Concursos

© 2019 - Todos os direitos reservados à



Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, especialmente gráfico, fotográfico, fonográfico, videográfico, internet. Essas proibições aplicam-se também às características de editoração da obra. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (artigos 102, 103, parágrafo único, 104, 105, 106 e 107, incisos I, II e III, da Lei nº 9.610, de 19/02/1998, Lei dos Direitos Autorais).

QT010-19-PRF-PF

APRESENTAÇÃO DA OBRA

Este livro da Coleção Questões Comentadas é mais uma ferramenta elaborada pela Editora Nova, que vai ajudar você a conquistar seus principais objetivos no âmbito dos concursos públicos. Está organizado por matérias, e cada matéria dividida em tópicos, exigidos no edital do cargo do concurso em questão. Também propusemos o comentário de todas as alternativas das questões de múltipla escolha.

Os autores de nossas obras têm larga experiência na área do concurso público, sendo muitos deles também responsáveis pelas aulas que você encontra em nossos *Cursos Online*. A teoria ensinada em nossos *Cursos* junto com o livro de questões comentadas, tornam-se uma importante ferramenta de aprendizagem e estudo.

O gabarito oficial das questões está de acordo com a lei vigente à época do concurso. Em alguns comentários, o autor, em respeito à atualização ocorrida na lei, propôs um comentário atualizado e diferente do gabarito oficial. Isto permite ao leitor entender a mudança por meio da resposta contextualizada sem a alteração do gabarito oficial em respeito à organizadora da prova do concurso.

Caro aluno, antes da prova, revise o comentário das questões deste livro. A meta é estudar até passar!

Muito obrigado.
Editores da Nova Concursos

SUMÁRIO

Língua Portuguesa.....	9
Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático.....	51
Física.....	79
Conhecimentos Gerais e Atualidades.....	93
Direito Penal.....	109
Direito Processual Penal.....	129
Legislação do Trânsito - STN.....	153
Legislação da PRF.....	175
Administração Geral.....	195
Administração Pública.....	205
Arquivologia.....	213
Administração de Recursos Materiais.....	219
Administração Financeira e Orçamentária.....	225
Gestão de Pessoas.....	235
Direito Constitucional.....	249
Direito Administrativo.....	263
Direito Processual Civil.....	277
Direitos Humanos.....	287
Ética no Serviço Público.....	299
Legislação Especial.....	313

LÍNGUA PORTUGUESA

Sobre a Autora

Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco

Professora Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco
Graduada pela Faculdade de Filosofia, Ciências
e Letras de Adamantina. Especialista pela
Universidade Estadual Paulista – Unesp

Instrução: Em algumas das questões a seguir, preencha nos campos a seguir o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO.

1. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2008)

À medida que se expandia o Império Romano, a administração adaptava o esquema de construção de estradas nas novas províncias. No seu apogeu, a rede viária romana principal atingiu, consideradas as vias secundárias, cerca de 150.000 km. Os comerciantes romanos perceberam logo o interesse desses eixos viários. Distintamente de outras civilizações mediterrâneas que fundaram o seu desenvolvimento comercial quase unicamente a partir dos seus portos, os romanos utilizaram a sua rede de estradas em paralelo à sua frota comercial. Essa medida favoreceu os intercâmbios no interior do continente, provocando uma expansão mercantil fulgurante. Regiões inteiras especializaram-se e comerciaram entre si, principalmente vinho, azeite, cereais, cerâmicas e carnes.

Internet: <www.wikipedia.org/wiki>. (Com adaptações.)

De acordo com o texto acima, verifica-se que

- a) o apogeu do Império Romano está associado à construção de estradas, em detrimento do desenvolvimento das vias portuárias.
- b) as conquistas territoriais do Império Romano foram acompanhadas de condições favorecedoras de atividades comerciais.
- c) a conquista política de territórios pelo Império Romano era fruto do patrocínio dos comerciantes.
- d) todas as civilizações mediterrâneas, excetuando-se a romana, privilegiavam o comércio marítimo.
- e) o principal interesse da administração romana era o comércio no continente, com regiões cuja produção era especializada.

1.

Em "a", o apogeu do Império Romano está associado à construção de estradas, em detrimento do desenvolvimento das vias portuárias = incorreta (texto: Distintamente de outras civilizações mediterrâneas que fundaram o seu desenvolvimento comercial quase unicamente a partir dos seus portos, os romanos utilizaram a sua rede de estradas em paralelo à sua frota comercial).

Em "b", as conquistas territoriais do Império Romano foram acompanhadas de condições favorecedoras de atividades comerciais.

Em "c", a conquista política de territórios pelo Império Romano era fruto do patrocínio dos comerciantes = incorreta.

Em "d", todas as civilizações mediterrâneas, excetuando-se a romana, privilegiavam o comércio marítimo = incorreta.

Em "e", o principal interesse da administração romana era o comércio no continente, com regiões cuja produção era especializada = incorreta.

GABARITO OFICIAL: B

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO- -MATEMÁTICO

Sobre a Autora

Evelise Leiko Uyeda Akashi

Engenheira de Alimentos pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Graduanda em Matemática pelo Claretiano.

Especialista em Lean Manufacturing pela Pontifícia Universidade Católica (PUC).

PRINCÍPIOS DE CONTAGEM E PROBABILIDADE

Instrução: Em algumas das questões a seguir, preencha nos campos a seguir o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO.

1. (PRF – AGENTE ADMINISTRATIVO – FUNCAB – 2014) Uma lanchonete vende empadas de camarão que devem conter em seu recheio uma azeitona. Como a produção diária dessa empada é muito grande e é realizada por apenas uma pessoa, a chance de uma empada de camarão ser produzida sem a azeitona em seu recheio é de 1%. Um cliente comeu seis empadas de camarão. Determine a probabilidade de esse cliente ter comido quatro empadas que foram produzidas sem a azeitona em seu recheio.

- a) $(0,147015/1.000)\%$
- b) $(0,147015/10.000)\%$
- c) $(0,0705672/1.000)\%$
- d) $(0,009801/100)\%$
- e) $(0,009801/1.000)\%$

2. (PRF – AGENTE ADMINISTRATIVO – FUNCAB – 2014) João vai jogar o jogo das argolas. O jogo contém cinco argolas idênticas, que devem ser lançadas em um dos cinco pinos de madeira, conforme a figura a seguir.



Considerando que João sempre acertará cada argola lançada em um dos pinos, determine de quantas formas distintas as argolas poderão ficar alocadas nos pinos após os cinco lançamentos feitos por João. Tome, por exemplo, todas em um único pino, ou três em um pino e duas em outro, ou, ainda, uma argola em cada pino e assim por diante.

- a) 55
- b) 84
- c) 126
- d) 114
- e) 120

GABARITO COMENTADO

1.

Empada sem azeitona: 1/100

Se das 6, quatro foram sem azeitonas, 2 tinham azeitona

$$P = \frac{1}{100} \cdot \frac{1}{100} \cdot \frac{1}{100} \cdot \frac{1}{100} \cdot \frac{99}{100} \cdot \frac{99}{100} = \frac{9801}{1000000000000}$$

Como, podemos ter ordem diferente:

$$C_{6,4} = \frac{6!}{2!4!} = \frac{30}{2} = 15$$

$$\frac{9801}{1000000000000} \cdot 15 = \frac{147015}{1000000000000} = \frac{0,147015}{100000} \cdot 100 = \frac{0,147015}{10000}$$

GABARITO OFICIAL: B

2.

Se cair todas no mesmo pino, temos 5 chances.

Para cair 4 em um pino e 1 em outro, ou 3 em um pino 2 em outro, 2 em um pino e depois 1 em cada (3 possibilidades)

$$P_5^3 = \frac{5!}{3!} = 20$$

Podemos ainda ter 3 em um pino, 1 em outro e 1 em outro ou 2, 2, 1 (2 possibilidades)

$$P_5^{2,2} = \frac{5!}{2!2!} = 30$$

Cair uma em cada pino, 1 chance

Somando: 5 + 1 + 20 + 20 + 20 + 30 + 30 = 126

GABARITO OFICIAL: C

FÍSICA

Sobre as Autoras

Janaina Lopes de Oliveira

Professora de Física em aula presencial de cursinhos preparatória para o vestibular.

Professora de videoaulas voltadas para o preparatório de concursos da Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal. Autora de diversos materiais e livros dos cursos preparatórios de concursos públicos, Enem e vestibulares.

Evelise Leiko Uyeda Akashi

Engenheira de Alimentos pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Graduanda em Matemática pelo Claretiano.

Especialista em Lean Manufacturing pela Pontifícia Universidade Católica (PUC).

CINEMÁTICA ESCALAR, CINEMÁTICA VETORIAL

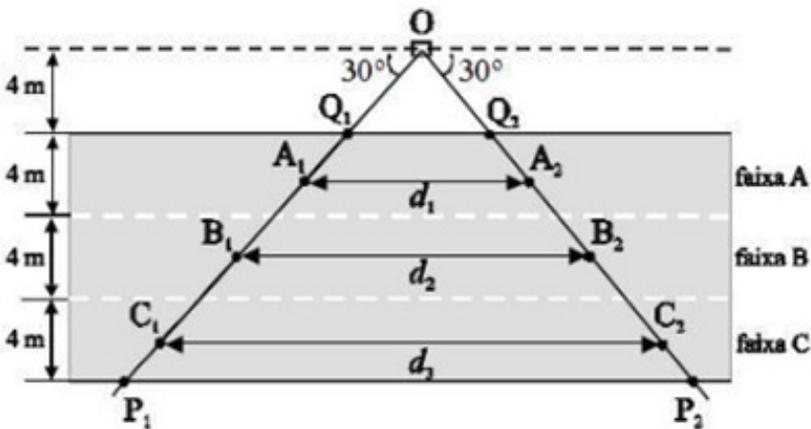
Instrução: Em algumas das questões a seguir, preencha nos campos a seguir o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO.

1. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – FUNRIO – 2009) Ao longo de uma estrada retilínea, um carro passa pelo posto policial da cidade A, no km 223, às 9h30 min e 20 s, conforme registra o relógio da cabine de vigilância. Ao chegar à cidade B, no km 379, o relógio do posto policial daquela cidade registra 10h20 min e 40 s. O chefe do policiamento da cidade A verifica junto ao chefe do posto da cidade B que o seu relógio está adiantado em relação àquele em 3min e 10 s. Admitindo-se que o veículo, ao passar no ponto exato de cada posto policial, apresenta velocidade dentro dos limites permitidos pela rodovia, o que se pode afirmar com relação à transposição do percurso pelo veículo, entre os postos, sabendo-se que neste trecho o limite de velocidade permitida é de 110 km/h?

- Trafegou com velocidade média ACIMA do limite de velocidade.
- Trafegou com velocidade sempre ABAIXO do limite de velocidade.
- Trafegou com velocidade média ABAIXO do limite de velocidade.
- Trafegou com velocidade sempre ACIMA do limite de velocidade
- Trafegou com aceleração média DENTRO do limite permitido para o trecho.

Instruções: Lei o texto e observe a figura para responder questões a seguir.

2. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2004)



GABARITO COMENTADO

1.

A velocidade é calculada por: $V_m = S/T$

$V_m = \text{Variação da Distância (S)}/\text{Variação do Tempo (T)}$

Distância = 156 km

Tempo = 50min 20s + 3min 10s (Tempo que o relógio de A estava adiando em relação ao de B) = 53min30s.

Agora vamos transformar em horas 53,5min/60min = 0,89h

$V_m = 156\text{km}/0,89\text{h} = 175,3\text{Km/h}$

Logo 175,3 Km/h > 110km/h (Velocidade permitida).

GABARITO OFICIAL: A

2.

Calculando D_1 :

Tg do ângulo = Cateto oposto/Cateto adjacente

Tg $60^\circ = (d_1/2)/6$

$V_3 = (d_1/2)/6$

$V_3 = d_1/12$

$d_1 = 12 \cdot V_3$

$V_3 = 1,73$

$12 \times 1,73 = 20,76 \text{ m}$

Logo: 20,76 m > 20 m

GABARITO OFICIAL: ERRADO

3.

Calculando D_1

Tg do Ângulo = Cateto oposto/Cateto adjacente

Tg $60^\circ = (d_1/2)/6$

$V_3 = (d_1/2)/6$

$V_3 = d_1/12$

$d_1 = 12V_3$

Calculando D_3

Tg Ângulo = Cateto oposto/Cateto adjacente

Tg $60^\circ = (d_3/2)/14$

$V_3 = (d_3/2)/14$

$V_3 = d_3/28$

$D_3 = 28V_3$

A equação $7d_1 - 3d_3 = 0$

$7d_1 - 3d_3 = 0$

$7 \cdot 12V_3 - 3 \cdot 28V_3 = 0$

$84V_3 - 84V_3 = 0$

$0 = 0$

GABARITO OFICIAL: CERTO

4.

Tg Ângulo = Cateto oposto / Cateto adjacente

$$\text{Tg } 60^\circ = (d_2/2)/10$$

$$V_3 = (d_2/2)/10$$

$$V_3 = d_2 / 20$$

$$d_2 = 20V_3 \qquad V_3 = 1,73$$

$$d_2 = 34,6$$

$$\Delta V = \Delta S / \Delta T$$

$$\Delta V = 34,6/2$$

$$\Delta V = 17,3 \text{ m/s}$$

$$V = 17,3 \text{ m/s} \cdot 3,6 = 62,28 \text{ Km/h}$$

Logo $62,28 \text{ Km/h} > 60 \text{ Km/h}$

GABARITO OFICIAL: ERRADO

5.

Tg Ângulo = Cateto oposto / Cateto adjacente

$$\text{Tg } 60^\circ = (d_3/2)/16$$

$$V_3 = (d_3/2)/16$$

$$V_3 = d_3 / 32$$

$$d_3 = 32V_3 \qquad \text{Base maior do Trapézio}$$

Tg Ângulo = Cateto oposto / Cateto adjacente

$$\text{Tg } 60^\circ = (X/2)/4$$

$$V_3 = (X/2)/4$$

$$V_3 = X / 8$$

$$X = 8V_3 \quad \text{Base menor do Trapézio}$$

$$\text{Área do Trapézio} = (\text{Base menor do Trapézio} + \text{Base maior do Trapézio}) \cdot \text{Altura} / 2$$

$$\text{Área do Trapézio} = (4V_3 + 32V_3) \cdot 12/2$$

$$\text{Área do Trapézio} = 40V_3 \cdot 12/2$$

$$\text{Área do Trapézio} = 40V_3 \cdot 6$$

$$\text{Área do Trapézio} = 240V_3 \text{ m}^2$$

GABARITO OFICIAL: ERRADO

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES

Sobre a Autora

Letícia Veloso

Graduada em Jornalismo em 2008.

Experiência em materiais impresso, on-line e voltado para TV.

Trabalhou em empresas como: Grupo Folha (UOL), Grupo RBS, Rede Vida e Portal do Walmart. Como locutora (tem DRT na área), trabalhou em emissoras de rádio em Minas Gerais e São Paulo.

Professora de Conhecimentos Gerais e Atualidades dos cursos on-line e de videoaulas produzidos pelo Grupo Nova.

Autora do comentário de questões de concursos públicos de vários livros e outras produções editoriais do Grupo Nova.

1. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013) Julgue o próximo item, relativo aos direitos humanos, à responsabilidade do Estado e à Política Nacional de Direitos Humanos.

O sistema global de proteção dos direitos humanos foi instaurado pela Carta Internacional dos Direitos Humanos.

() CERTO () ERRADO

2. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013) Acerca dos direitos de cidadania e do pluralismo jurídico, julgue o item que se segue.

No Brasil, o pluralismo jurídico configura-se, por exemplo, quando da aplicação de regras criadas por membros de organizações criminosas, distintas das regras jurídicas estabelecidas pelo Estado.

() CERTO () ERRADO

3. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013) No que se refere à fundamentação dos direitos humanos e à sua afirmação histórica, julgue o item subsequente.

A expressão “direitos humanos de primeira geração” refere-se aos direitos sociais, culturais e econômicos.

() CERTO () ERRADO

4. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013) No que se refere à fundamentação dos direitos humanos e à sua afirmação histórica, julgue o item subsequente.

Conforme a teoria positivista, os direitos humanos fundamentam-se em uma ordem superior, universal, imutável e inderrogável.

() CERTO () ERRADO

5. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013) Julgue o próximo item, relativo aos direitos humanos, à responsabilidade do Estado e à Política Nacional de Direitos Humanos.

A Política Nacional de Direitos Humanos contempla medidas voltadas à proteção dos direitos civis, tais como os projetos que tratam da parceria entre pessoas do mesmo sexo e da obrigatoriedade de atendimento do aborto legal pela rede pública de saúde.

() CERTO () ERRADO

1.

Instaurada pela ONU (Organização das Nações Unidas), a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi divulgada no Pós-Guerra, em 1948, na Assembleia Geral. Em linhas gerais, o intuito é garantir a proteção dos direitos universais a todas as pessoas e, com base nesses valores de igualdade e respeito, possa ser um instrumento de combate a violações. A Declaração foi constituída por setores jurídicos, sociais e culturais de várias nações e é usada como base para regimentos e Constituição de muitos Estados, como aponta a ONU.

GABARITO OFICIAL: CERTO

2.

Em resumo, o pluralismo jurídico estabelece ou admite que haja mais de um cenário jurídico, em que vigora a obtenção de contextos variados. No âmbito internacional verifica-se, por exemplo, a existência de vários tribunais com criações de regras próprias. A OMC (Organização Mundial de Comércio) é um exemplo disso.

GABARITO OFICIAL: CERTO

3.

No caso, a expressão “direitos humanos de primeira geração” tem a ver com direitos fundamentais a todos, independentemente de questões étnicas, sociais ou econômicas. São direitos à vida, à liberdade, à propriedade e também relativos à liberdade de expressão.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

4.

De acordo com a teoria positivista, os direitos humanos são reconhecidos dentro de uma norma jurídica estabelecida pelo Estado.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

DIREITO PENAL

Sobre o Autor

Ricardo Bispo Razaboni Junior

Mestrando em Teoria do Direito e do Estado pelo Centro Universitário Eurípides Soares da Rocha de Marília/SP.

Bolsista CAPES/PROSUP.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Pós-graduando em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Graduado em Direito pela Fundação Educacional do Município de Assis.

Membro do Grupo de Pesquisa REI (Relações Institucionais). Todos os lados do art. 2º da Constituição Federal e do Grupo de Pesquisa DiFuSo (Direitos Fundamentais Sociais), ambos cadastrados no diretório acadêmico de pesquisa do CNPQ.

Professor de pós-graduação lato sensu em São Paulo.

Professor de cursos preparatórios para concursos públicos.

Realiza estágio-docência na graduação do curso de Direito do Centro Universitário Eurípides Soares da Rocha de Marília-SP.

Advogado.

Consultor Jurídico.

TIPICIDADE

1. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013) Considere que um indivíduo penalmente capaz, em total estado de embriaguez, decorrente de caso fortuito, atropela um pedestre, causando-lhe a morte. Nessa situação, a embriaguez não exclua imputabilidade penal do agente.

() CERTO () ERRADO

2. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013) Com relação aos princípios, institutos e dispositivos da parte geral do Código Penal (CP), julgue os itens seguintes.

O ordenamento jurídico brasileiro prevê a possibilidade de ocorrência de tipicidade sem antijuridicidade, assim como de antijuridicidade sem culpabilidade.

() CERTO () ERRADO

3. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013) No que é pertinente ao erro de tipo e ao erro de proibição, julgue o item abaixo. Considere a seguinte situação hipotética. Um agente, por equívoco, pegou um relógio de ouro que estava sobre o balcão de uma joalheria, pensando que era o seu, quando, na realidade, pertencia a outro comprador. Nessa situação, o agente responderá pelo crime de furto culposos.

() CERTO () ERRADO

CONCURSO DE PESSOAS

4. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013) Com relação aos princípios, institutos e dispositivos da parte geral do Código Penal (CP), julgue os itens seguintes.

Em relação ao concurso de pessoas, o CP adota a teoria monista, segundo a qual todos os que contribuem para a prática de uma mesma infração penal cometem um único crime, distinguindo-se, entretanto, os autores do delito dos partícipes.

() CERTO () ERRADO

1.

Embriaguez COMPLETA proveniente de caso fortuito ou força maior. Ou seja, o indivíduo é inimputável (isento de pena). Neste caso, exclui a imputabilidade penal, mas não descaracteriza a ilicitude do fato. Embriaguez INCOMPLETA proveniente de caso fortuito ou força maior. Isto é, semi-imputável (redução de pena).

GABARITO OFICIAL: ERRADO**2.**

O crime, em seu conceito analítico, divide-se em fato típico, antijuridicidade (ou ilicitude) e culpabilidade. O anterior é sempre pressuposto do segundo, mas não o contrário. Isto é, o fato pode ser típico, mas não ser antijurídico. Ou pode ser típico e antijurídico, mas não haver culpabilidade. Nunca poderá, entretanto, o fato ser antijurídico mas não ser típico (eis que a tipicidade é pressuposto da antijuridicidade).

GABARITO OFICIAL: CERTO**3.**

O elemento subjetivo do furto é o dolo, ou seja, não existe furto culposo. Se por culpa, o sujeito subtrai um bem alheio pensando que é próprio, não há furto, ocorre ERRO DE TIPO (art. 20 do CP). Mas, se o sujeito deixar de restituir, será crime de APROPRIAÇÃO INDÉBITA.

GABARITO OFICIAL: ERRADO**4.**

Título IV - Do Concurso de Pessoas - Art. 29: Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade. (Teoria Monista)

Este artigo deixa claro que o legislador penal optou por adotar a teoria monista, ou seja, todos os indivíduos envolvidos na infração responderão por ela. Mas isso quer dizer que todos os envolvidos terão a mesma pena? A resposta é negativa, pois que prega a teoria monista é a unidade de infração e não de pena. Assim, a penalização será aplicada na medida da CULPABILIDADE de cada agente. Para a correta compreensão, imagine um homicídio em que Tício empresta sua arma à Mévio e este desfere 10 tiros em Caio. Nessa situação tanto Tício quanto Mévio responderão pelo homicídio, todavia a penalização de Mévio, bem provavelmente, será superior a de Tício. § 1º - Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço. (Participação de menor importância). § 2º - Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave. (Participação em crime menos grave).

GABARITO OFICIAL: CERTO

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Sobre o Autor

Rodrigo de Carvalho Gonçalves

Graduação em Direito pelo Centro Universitário Salesiano São Paulo, UNISAL (Lorena-SP).

Pós-graduação em Direito Público pelo Centro Universitário Salesiano São Paulo, UNISAL.

Pós-graduando em Planejamento, Implementação e Gestão de EAD pela Universidade Federal Fluminense, UFF.

Pós-graduação em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul, USCS.

Direito Internacional dos Conflitos Armados e Direitos Humanos pelo Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica, CIEAR.

O Novo CPC, aspectos práticos após a entrada em vigor pelo Curso Êxito.

Direito Penal Internacional na Era dos Direitos Humanos pela Escola Judiciária Militar do Estado de São Paulo, EJM.

Elementos de Direito Processual Penal Militar pela Escola Judiciária Militar do Estado de São Paulo, EJM.

Policial Judiciário Militar pela Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo, CORREG.

Policial Judiciário Militar pelo Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica, CIEAR.

Leciona Direito Penal Militar e Processo Penal Militar no Curso Êxito na modalidade EaD, e tutor de Noções de Direito Constitucional na EEAR. Acrescentam-se ainda as instruções teóricas, práticas e de legislação de tiro com armas terrestres de uso da Força Aérea Brasileira, com ênfase nos calibres 9mm e 5,56mm.

Instrução: Nas questões a seguir, preencha os campos designados com o código C, caso julgue o item CERTO; ou com o código E, caso julgue o item ERRADO.

PROCESSO PENAL

1. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE– 2013) Tratando-se de lei processual penal, não se admite, salvo para beneficiar o réu, a aplicação analógica.

() CERTO () ERRADO

INQUÉRITO POLICIAL

2. (PF – DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL – CESPE – 2018) Depois de adquirir um revólver calibre 38, que sabia ser produto de crime, José passou a portá-lo municiado, sem autorização e em desacordo com determinação legal. O comportamento suspeito de José levou-o a ser abordado em operação policial de rotina. Sem a autorização de porte de arma de fogo, José foi conduzido à delegacia, onde foi instaurado inquérito policial.

Tendo como referência essa situação hipotética, julgue o item seguinte.

O inquérito instaurado contra José é procedimento de natureza administrativa, cuja finalidade é obter informações a respeito da autoria e da materialidade do delito.

() CERTO () ERRADO

3. (PF – DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL – CESPE – 2018) Na tentativa de entrar em território brasileiro com drogas ilícitas a bordo de um veículo, um traficante disparou um tiro contra agente policial federal que estava em missão em unidade fronteiriça. Após troca de tiros, outros agentes prenderam o traficante em flagrante, conduziram-no à autoridade policial local e levaram o colega ferido ao hospital da região.

Nessa situação hipotética, ao tomar conhecimento do homicídio, cuja ação penal é pública incondicionada, a autoridade policial terá de instaurar o inquérito de ofício, o qual terá como peça inaugural uma portaria que conterà o objeto de investigação, as circunstâncias conhecidas e as diligências iniciais que serão cumpridas.

() CERTO () ERRADO

4. (PF – ESCRIVÃO DA POLÍCIA FEDERAL – CESPE– 2013) Em cada item seguinte, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada com relação à competência para requerer o arquivamento de autos de IP e às consequências da promoção desse tipo de arquivamento.

Relatado o IP, sob a tese de atipicidade penal do fato, o MP requereu o arquivamento dos autos, o que foi determinado pelo competente juízo, em acolhimento à tese do MP. Nessa situação, o arquivamento dos autos nos termos do requerimento do MP impede a reabertura das investigações pela autoridade policial.

() CERTO () ERRADO

1.

De acordo com o art. 3º, do CPP, a lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais do direito. Admite-se a interpretação analógica independente ser benéfica ou não ao réu.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

2.

Trata-se do conceito doutrinário de IP, visto que é um PROCEDIMENTO administrativo, de caráter informativo, que visa apurar indícios de autoria e materialidade, nos termos do Art. 4º do CPP.

GABARITO OFICIAL: CERTO

3.

Art. 5º, I, do CPP, o inquérito policial é instaurado pela autoridade policial que irá presidi-lo, quando toma conhecimento, por conta própria, da prática de um delito. A autoridade policial ao tomar conhecimento da prática de crime de ação penal pública incondicionada, tem o dever de instaurar o inquérito policial, sob pena do cometimento do crime de prevaricação.

GABARITO OFICIAL: CERTO

4.

Observe o art. 18, do CPP: Depois de arquivado o inquérito policial pela autoridade judiciária, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícias. E observe a Súmula 524 do STF, arquivado o inquérito policial, por despacho do juiz, a requerimento do promotor de justiça, não pode a ação penal ser iniciada, sem novas provas

GABARITO OFICIAL: CERTO

LEGISLAÇÃO DO TRÂNSITO – STN

Sobre o Autor

Fernando Paternostro Zantedeschi

Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bacharel em Direito, com pós-graduação em Direito Constitucional e Administrativo. Atuou na Advocacia-Geral da União (AGU). Atualmente é autor e revisor de obras jurídicas de concursos públicos e exame da OAB.

1. (PRF – POLÍCIA RODOVIÁRIO FEDERAL – FUNRIO – 2009) O trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação, rege-se pelo Código de Trânsito Brasileiro instituído pela lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997. Assim, é correto afirmar que:

- a) O trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Estadual de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito.
- b) Os órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito respondem, no âmbito das respectivas competências, objetivamente, sendo necessária a comprovação de culpa, por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito do trânsito seguro.
- c) Os órgãos e entidades de trânsito pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito darão prioridade em suas ações à defesa da vida, não incluindo neste caso a preservação da saúde e do meio-ambiente.
- d) Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.
- e) As disposições deste Código são aplicáveis a qualquer veículo, bem como aos proprietários, condutores dos veículos nacionais ressalvados os veículos estrangeiros e as pessoas nele expressamente mencionadas.

2. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2008) Julgue os itens a seguir, relativos a conceitos utilizados para a interpretação do CTB.

I - Caminhonete: veículo misto destinado ao transporte de passageiros e carga no mesmo compartimento.

II - Ilha: obstáculo físico, colocado na pista de rolamento, destinado à ordenação dos fluxos de trânsito em uma interseção.

III - Tara: peso próprio do veículo, acrescido dos pesos da carroçaria e equipamento, do combustível, das ferramentas e acessórios, da roda sobressalente, do extintor de incêndio e do fluido de arrefecimento, expresso em quilogramas.

IV - Veículo de grande porte: veículo automotor destinado ao transporte de carga com peso bruto total máximo superior a 10.000 kg e de passageiros, superior a vinte passageiros.

A quantidade de itens certos é igual a:

- a) 0.
- b) 1.
- c) 2.
- d) 3.
- e) 4.

1.

Em "a": Errado – O trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito (art. 1º, § 2º, CTB/1997).

Em "b": Errado – Se os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito respondem objetivamente, conforme dispõe o art. 1º, § 3º do CTB/1997, não há a necessidade de provar o elemento culpa, característica da responsabilidade subjetiva.

Em "c": Errado – Inclui-se como "defesa da vida" a preservação da saúde e do meio-ambiente, conforme dispõe o art. 1º, § 5º, do CTB.

Em "d": Certo – É o texto o art. 1º, § 1º, do CTB/1997.

Em "e": Errado – Aplica-se as disposições do Código de Trânsito Brasileiro, também, aos condutores de veículos estrangeiros e as pessoas nele expressamente mencionadas, conforme dispõe o art. 3º do CTB/1.997.

GABARITO OFICIAL: D**2.**

Os conceitos apresentados pela questão estão previstos no Anexo I, do CTB/1997. Afirmativa "I" – Falsa – Caminhonete é o veículo destinado ao transporte de carga com peso bruto total de até três mil e quinhentos quilogramas. O item descreve, na verdade, uma camioneta

Afirmativa "II" – Verdadeira – A definição apresentada corresponde à definição de Ilha prevista no Anexo I do CTB/1997.

Afirmativa "III" – Verdadeira – A definição apresentada corresponde à definição de Tara prevista no Anexo I do CTB/1997.

Afirmativa "IV" – Verdadeira – A definição apresentada corresponde à definição de Veículo de Grande Porte prevista no Anexo I do CTB/1997.

GABARITO OFICIAL: D

LEGISLAÇÃO DA PRF

Sobre a Autora

Bruna Pinotti Garcia Oliveira

Doutoranda em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB).

Mestre em Teoria do Direito e do Estado pelo Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM) – bolsista CAPES.

Professora de curso preparatório para concursos.

Professora da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Autora de diversos trabalhos científicos publicados em revistas qualificadas, anais de eventos e livros.

Trabalhos realizados notadamente na área de direito eletrônico, Direitos Humanos e Direito Constitucional.

Advogada e pesquisadora.

1. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013) Com base na legislação da PRF, julgue o item que se segue.

Considere a seguinte situação hipotética: Durante uma abordagem de rotina feita pela PRF em determinada rodovia federal, foram apreendidos aproximadamente cem quilos de entorpecentes, entre crack, haxixe e cocaína. O motorista, único ocupante do veículo onde estavam as drogas, confessou a prática do delito, tendo afirmado, ainda, que adquirira as drogas para revendê-las e que as estava transportando para um depósito em local seguro. Nessa situação, cabe à chefia do distrito regional da PRF do estado em que ocorreu a apreensão formalizar o auto de prisão em flagrante do autor do delito e comunicar a prisão à autoridade judiciária competente.

() CERTO () ERRADO

2. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013) Com base na legislação da PRF, julgue o item que se segue.

Compete à PRF o patrulhamento das rodovias federais privatizadas, mesmo tendo havido, com o processo de concessão, a transferência a particulares das atividades administrativas referentes aos trechos terceirizados.

() CERTO () ERRADO

3. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013) Com base na legislação da PRF, julgue o item que se segue.

Se, durante a execução de obra ao longo de uma rodovia federal, a empresa responsável pela obra interromper a circulação de veículos e a movimentação de cargas em uma das faixas de rolamento sem a prévia permissão do órgão de trânsito competente, a PRF deverá interditar a obra e aplicar as penalidades civis e multas decorrentes da infração cometida pela empresa.

() CERTO () ERRADO

4. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013) Com base na legislação da PRF, julgue o item que se segue.

A autoridade de trânsito, na esfera de suas atribuições, poderá aplicar, quando cabível, penalidade consistente na frequência obrigatória em curso de reciclagem, sem prejuízo das punições originárias de ilícitos penais decorrentes de crimes de trânsito.

() CERTO () ERRADO

1.

Nos termos do artigo 304, CPP, apresentado o preso à autoridade competente, ouvirá esta o condutor e colherá, desde logo, sua assinatura, entregando a este cópia do termo e recibo de entrega do preso. Em seguida, procederá à oitiva das testemunhas que o acompanharem e ao interrogatório do acusado sobre a imputação que lhe é feita, colhendo, após cada oitiva suas respectivas assinaturas, lavrando, a autoridade, afinal, o auto.

O chefe da PRF não é considerado autoridade competente para lavrar o auto da prisão em flagrante, competência que é do Delegado de Polícia.

GABARITO OFICIAL: ERRADO**2.**

Assim disciplina o Código de Trânsito:

Art. 20. Compete à Polícia Rodoviária Federal, no âmbito das rodovias e estradas federais: [...] II - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros.

GABARITO OFICIAL: CERTO**3.**

A PRF apenas poderá tomar medidas administrativas, conforme o Código de Trânsito Brasileiro:

Art. 20. Compete à Polícia Rodoviária Federal, no âmbito das rodovias e estradas federais: [...] III - aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito, as medidas administrativas decorrentes e os valores provenientes de estada e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas.

GABARITO OFICIAL: ERRADO**4.**

Não pode, mas deve aplicar tais penalidades, conforme o Código de Trânsito Brasileiro:

Art. 256. A autoridade de trânsito, na esfera das competências estabelecidas neste Código e dentro de sua circunscrição, deverá aplicar, às infrações nele previstas, as seguintes penalidades: [...] VII - frequência obrigatória em curso de reciclagem. § 1º A aplicação das penalidades previstas neste Código não elide as punições originárias de ilícitos penais decorrentes de crimes de trânsito, conforme disposições de lei.

GABARITO OFICIAL: CERTO

ADMINISTRAÇÃO GERAL

Sobre a Autora

Silvana Guimarães Ferreira

Bacharel em Direito.

Especialização em Gestão Empresarial e Gestão de Projetos;

Consultora Empresarial e Coordenadora de Projetos.

Empresária.

Palestrante nas áreas de:

- Desenvolvimento Pessoal;
- Atendimento e Vendas;
- Relações Comportamentais.

TEORIAS E REFORMAS ADMINISTRATIVAS

Instrução: Nas questões a seguir, preencha os campos com o código C, caso julgue o item CERTO; ou com o código E, caso julgue o item ERRADO.

1. (PRF - TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS – CESPE – 2012) Os desafios da administração pública contemporânea relacionam-se diretamente à quebra de paradigmas e conceitos preestabelecidos sobre a gestão organizacional. A constante troca de conhecimento entre a esfera pública e privada é essencial para garantir a constante evolução dos sistemas organizacionais. Com relação a esse assunto, julgue o item a seguir.

A última reforma administrativa empreendida no Brasil introduziu, na gestão pública, o modelo gerencial, cujas principais características são impessoalidade, autorealização, processos bem definidos e orientação ao cidadão.

() CERTO () ERRADO

2. (PRF - TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS – CESPE – 2012) Os desafios da administração pública contemporânea relacionam-se diretamente à quebra de paradigmas e conceitos preestabelecidos sobre a gestão organizacional. A constante troca de conhecimento entre a esfera pública e privada é essencial para garantir a constante evolução dos sistemas organizacionais. Com relação a esse assunto, julgue o item a seguir.

Apesar de sua grande contribuição, o modelo clássico de administração, baseado no paradigma analítico e em um pensamento mecânico e linear, foi suplantado pelo enfoque sistêmico, segundo o qual a realidade só pode ser retratada a partir da análise das relações de interdependência dos elementos de um sistema.

() CERTO () ERRADO

ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUE

3. (PRF - TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS – CESPE - 2012) No que se refere aos tipos de liderança e mecanismos de participação, julgue o item que se segue.

O líder que determina providências para execução de tarefas e que fundamenta em fatos os elogios e as críticas que dirige ao grupo atua conforme o modelo de liderança autocrática.

() CERTO () ERRADO

GABARITO COMENTADO

1.

Das características apresentadas no enunciado, a única que só foi instituída no modelo gerencial foi a orientação ao cidadão, as demais foram instituídas em modelos anteriores, embora algumas, como a impessoalidade, também represente o modelo gerencial.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

2.

Como já dissemos anteriormente, os novos modelos não extinguem os anteriores, mas o substituem por apresentar um formato mais adequado, que superem o modelo anterior em eficiência e eficácia, que melhor atenda o cenário atual, tal qual afirma o enunciado.

GABARITO OFICIAL: CERTO

3.

O líder centraliza totalmente a autoridade e as decisões. Os subordinados não têm nenhuma liberdade de escolha. O líder autocrático é dominador, emite ordens e espera obediência plena e cega dos subordinados. Os grupos submetidos à liderança autocrática apresentaram o maior volume de trabalho produzido, com evidentes sinais de tensão, frustração e agressividade. O líder é temido pelo grupo, que só trabalha quando ele está presente. A liderança autocrática enfatiza somente o líder.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Sobre a Autora

Silvana Guimarães Ferreira

Bacharel em Direito.

Especialização em Gestão Empresarial e Gestão de Projetos;

Consultora Empresarial e Coordenadora de Projetos.

Empresária.

Palestrante nas áreas de:

- Desenvolvimento Pessoal;
- Atendimento e Vendas;
- Relações Comportamentais.

TEORIAS ADMINISTRATIVAS

1. (PRF – TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – CESPE – 2012) Acerca do modelo patrimonialista de Estado, julgue o item a seguir.

Entre os traços inerentes à administração patrimonialista estão o nepotismo e a corrupção.

() CERTO () ERRADO

2. (PRF – TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – CESPE - 2012) Acerca do modelo patrimonialista de Estado, julgue o item a seguir.

No Estado patrimonialista, caracterizado pela interseção entre os patrimônios público e privado, os bens e serviços públicos também constituem patrimônio do governante.

() CERTO () ERRADO

REFORMA ADMINISTRATIVA E EVOLUÇÃO DA ADM. PUBLICA

3. (PRF – TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – CESPE – 2012) Julgue o item seguinte, a respeito das crises do Estado brasileiro e de suas reformas administrativas.

O Programa Nacional de Desburocratização, criado na década de 60 do século passado, foi a primeira tentativa de reforma gerencial da administração pública.

() CERTO () ERRADO

4. (PRF – TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – CESPE – 2012) Com referência à Reforma da Gestão Pública do Brasil em 1995, julgue o item que se segue.

A reforma em questão teve início com a publicação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE).

() CERTO () ERRADO

1.

Na sociedade anterior ao capitalismo, o Estado aparecia como um ente “privatizado”, no sentido de que não havia uma distinção clara, por parte dos governantes, entre o patrimônio público e o seu próprio patrimônio privado, não definia-se limites entre a res publica e a res principis, ou seja, a “coisa pública” se confundia com o patrimônio particular dos governantes, pois não havia uma fronteira muito bem definida entre ambas.

A corrupção e o nepotismo eram extremamente característicos nesse tipo de administração (patrimonialista), tendo como foco atender o interesse particular dos soberanos e de seus auxiliares, ao invés de priorizar as necessidades coletivas.

Quando surge o capitalismo e a democracia, o cenário acima perde espaço, passando a existir uma distinção entre Estado e particular, não havendo mais espaço para a administração patrimonialista, ou seja, não cabe mais uma administração que privilegiava uns poucos em detrimento de muitos. Portanto, a Adm. Burocrática surge como forma de combater a corrupção e o nepotismo patrimonialista.

GABARITO OFICIAL: CERTO**2.**

Nesse modelo, o Estado aparecia como um ente “privatizado”, no sentido de que não havia uma distinção clara, por parte dos governantes, entre o patrimônio público e o seu próprio patrimônio privado, não definia-se limites entre a res publica e a res principis, ou seja, a “coisa pública” se confundia com o patrimônio particular dos governantes, pois não havia uma fronteira muito bem definida entre ambas.

GABARITO OFICIAL: CERTO**3.**

No início da década de 60 do século passado, era consenso que a forma de gerir a coisa pública adotada pela burocracia era empecilho ao desenvolvimento nacional, porém, O Programa Nacional de Desburocratização só foi instituído em 1979, através do Decreto nº 83.740.

GABARITO OFICIAL: ERRADO**4.**

A referida reforma ocorreu no período de 1995 a 2002, denominado como O gerencialismo da Era FHC, e foi o ícone do governo Fernando Henrique Cardoso em relação à administração pública brasileira. A reforma gerencial teve como instrumento básico o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), que visava à reestruturação do aparelho do Estado para combater, principalmente, a cultura burocrática.

GABARITO OFICIAL: CERTO

ARQUIVOLOGIA

Sobre a Autora

Silvana Guimarães Ferreira

Bacharel em Direito.

Especialização em Gestão Empresarial e Gestão de Projetos;

Consultora Empresarial e Coordenadora de Projetos.

Empresária.

Palestrante nas áreas de:

- Desenvolvimento Pessoal;
- Atendimento e Vendas;
- Relações Comportamentais.

PROTOCOLO

Instrução: Nas questões a seguir, preencha os campos com o código C, caso julgue o item CERTO; ou com o código E, caso julgue o item ERRADO.

1. (PRF – TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS – CESPE – 2012) Acerca da gestão de documentos, julgue o item a seguir.
A tramitação e o registro de documentos são atividades análogas, referentes à distribuição de documentos nos setores de trabalho.

() CERTO () ERRADO

PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS

2. (PRF – TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – CESPE – 2012) Julgue o item que se segue, relativo a conceitos e princípios arquivísticos e à legislação arquivística.
O princípio arquivístico que define e estabelece o fundo de arquivo de uma instituição é o princípio da proveniência ou de respeito aos fundos.

() CERTO () ERRADO

CICLO DOCUMENTAL

3. (PRF – TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS – CESPE – 2012) Com relação aos conceitos e princípios arquivísticos e à legislação arquivística, julgue o próximo item. Nesse sentido, considere que a sigla DPRF, sempre que empregada, refere-se a Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
A teoria das três idades documentais define as fases arquivísticas de acordo com o tipo de suporte documental.

() CERTO () ERRADO

GESTÃO DOCUMENTAL

4. (PRF – TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – CESPE - 2012) No que se refere à gestão de documentos, julgue o item a seguir.
A gestão de documentos envolve operações técnicas como produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento.

() CERTO () ERRADO

1.

Para responder essa questão é importante saber que análoga é aquilo que é semelhante, igual, o que não é o caso entre tramitação e registro.

A título de esclarecimento:

Registro – trata do cadastro dos documentos; os documentos são registrados em formulários ou sistemas eletrônicos, com descrição dos dados do remetente e do conteúdo.

Tramitação – trata do controle dos documentos; permite saber sua exata localização, seus dados principais, como data de entrada, setores por que já passou, enfim, acompanhar o desenrolar de suas funções dentro da instituição.

GABARITO OFICIAL: ERRADO**2.**

O princípio de proveniência nos remete a um conceito muito importante aos arquivistas: o Fundo de Arquivo, que se caracteriza como um conjunto de documentos de qualquer natureza – isto é, independentemente da sua idade, suporte, modo de produção, utilização e conteúdo – reunidos automática e organicamente – ou seja, acumulados por um processo natural que decorre da própria atividade da instituição –, criados e/ou acumulados e utilizados por uma pessoa física, jurídica ou por uma família no exercício das suas atividades ou das suas funções.

GABARITO OFICIAL: CERTO**3.**

O arquivo também pode ser classificado quanto à sua evolução ou frequência de uso, onde temos aqui três tipos arquivísticos que correspondem cada um a uma fase/idade do arquivo, conforme a Teoria das Três Idades.

Suporte documental não está relacionado com a fase do documento, e sim, com o material sobre o qual as informações são registradas. Ex: Fita magnética, filme de nitrato, papel, HD, CD, DVD, pen drive, nuvem.

GABARITO OFICIAL: ERRADO**4.**

Por Gestão Documental compreende-se o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para a guarda permanente.

Através da Gestão Documental é possível definir qual a política arquivística adotada, através da qual, se constitui o patrimônio arquivístico.

GABARITO OFICIAL: CERTO

ADMINISTRAÇÕES DE RECURSOS MATERIAIS

Sobre a Autora

Silvana Guimarães Ferreira

Bacharel em Direito.

Especialização em Gestão Empresarial e Gestão de Projetos;

Consultora Empresarial e Coordenadora de Projetos.

Empresária.

Palestrante nas áreas de:

- Desenvolvimento Pessoal;
- Atendimento e Vendas;
- Relações Comportamentais.

ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUE

Instrução: Nas questões a seguir, preencha os campos com o código C, caso julgue o item CERTO; ou com o código E, caso julgue o item ERRADO.

1. (PRF – TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS – CESPE – 2012) Julgue o item a seguir, relativo à administração de recursos materiais.

As reconciliações e as análises de profundidade sobre as causas de divergências em estoques são fases obrigatórias dos inventários gerais.

() CERTO () ERRADO

2. (PRF – TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS – CESPE – 2012) Considerando que o consumo médio anual de um item de estoque seja de 1.200 unidades/ano e que o estoque médio desse item seja de 100 unidades, julgue o item que se segue.

A definição da taxa de rotatividade de cada item do estoque independe do preço ou do consumo desse item.

() CERTO () ERRADO

3. (PRF – TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS – CESPE – 2012) A avaliação do retorno de capital investido em estoques é feita com base no lucro das vendas anuais sobre o capital investido em estoques.

() CERTO () ERRADO

4. (PRF – TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS – CESPE – 2012) Julgue o item a seguir, relativo à administração de recursos materiais.

O período de revisão corresponde ao intervalo de tempo entre dois pedidos de um material cujo controle de estoque é realizado pelo sistema dos máximos e mínimos.

() CERTO () ERRADO

1.

Considerando que um inventário geral, pela complexidade que apresenta, pois realiza a contagem de uma quantidade muito grande de itens, na prática, para as atividades da empresa, suspende todo o processo de execução de atividades e que a reconciliação é a comparação entre o estoque físico e os dados apresentados pelo sistema e a análise das divergências envolve material, equipamentos, técnicas e métodos, mão de obras, entre outros, fica fácil entender a inviabilidade dessas reconciliações nesse momento, isso pode afetar todo o processo produtivo da organização. Para esse tipo de análise, é indicado o inventário rotativo, que é realizado com maior frequência no decorrer do ano, envolvendo menos itens, e possibilitando assim, identificar as falhas com mais rapidez e menos prejuízo ao processo produtivo.

GABARITO OFICIAL: ERRADO**2.**

A taxa de rotatividade é a quantidade vendida, em determinado período, do estoque mantido pela empresa, ou seja, é representada pela demanda anual dividida pelo estoque médio mensal.

Portanto, não há como falar que o consumo não interfere na taxa de rotatividade.

GABARITO OFICIAL: ERRADO**3.**

Para se calcular o retorno de capital investido é necessário achar a equação entre o lucro das vendas anuais em relação ao capital investido, ou seja, dividindo o meu lucro anual pelo valor investido eu obtenho o retorno conseguido desse capital investido.

GABARITO OFICIAL: CERTO**4.**

A aplicação do sistema máximo-mínimo no controle de estoque possibilita a manutenção do seu nível e configura um sistema automático de suprimentos, onde novas ordens são emitidas em função das variações do próprio nível de estoque. Assim, toda vez que o estoque ficar abaixo do nível do ponto de pedido, é emitido uma requisição de compras para o item em específico. Dessa forma, as reposições são variáveis, pois, dependem do ponto de pedido.

Portanto, quando se fala em uso do sistema máximo-mínimo para controle de estoque, não se pode falar em período de revisão, pois, este já determina que, a reposição do estoque se dará quando esse ficar abaixo do nível do ponto de pedido, e não por um período de revisão, onde ocorre reposição em ciclos temporais iguais.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Sobre a Autora

Silvana Guimarães Ferreira

Bacharel em Direito.
Especialização em Gestão Empresarial e Gestão de Projetos;
Consultora Empresarial e Coordenadora de Projetos.
Empresária.
Palestrante nas áreas de:

- Desenvolvimento Pessoal;
- Atendimento e Vendas;
- Relações Comportamentais.

ORÇAMENTO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Instrução: Nas questões a seguir, preencha os campos com o código C, caso julgue o item CERTO; ou com o código E, caso julgue o item ERRADO.

1. (PF – AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE – 2014) Tendo em vista as normas que regem o orçamento público, julgue os itens que se seguem. Nesse sentido, considere que PPA se refere ao plano plurianual; LDO, à lei de diretrizes orçamentárias; e LOA, à lei orçamentária anual.

No Brasil, a LOA é, de fato, composta por três orçamentos: o fiscal, o da seguridade social e o de investimento das empresas estatais.

() CERTO () ERRADO

2. (PF – AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE – 2014) Tendo em vista as normas que regem o orçamento público, julgue os itens que se seguem. Nesse sentido, considere que PPA se refere ao plano plurianual; LDO, à lei de diretrizes orçamentárias; e LOA, à lei orçamentária anual.

A LDO orienta a elaboração da LOA e auxilia na coerência entre o PPA e a LOA.

() CERTO () ERRADO

RECEITA PÚBLICA

3. (PF – AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE – 2014) Tendo em vista as normas que regem o orçamento público, julgue o item que se segue. Nesse sentido, considere que PPA se refere ao plano plurianual; LDO, à lei de diretrizes orçamentárias; e LOA, à lei orçamentária anual.

Considere que uma universidade pública seja proprietária de uma fazenda de criação de gado e realize a venda de animais para abate, auferindo, na operação, receita tipicamente classificada como de atividade agropecuária. Nessa situação, tal receita, do ponto de vista orçamentário, deverá ser classificada como receita corrente.

() CERTO () ERRADO

1.

A lei orçamentária anual compreenderá:

I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II – o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

GABARITO OFICIAL: CERTO**2.**

Visando fortalecer a interligação dos processos de planejamento e orçamento (alocação de recursos), a CF 88 exigiu que o PPA, a LDO e a LOA fossem articulados, interdependentes e compatíveis.

A LDO recebeu a função unir o PPA e a LOA. Por isso, a LDO pode ser considerada um “esqueleto” da lei orçamentária anual: estabelece, anualmente, a estrutura para a elaboração do orçamento. Por sua vez, a própria elaboração da LDO deve obedecer aos princípios do PPA.

Enfim, a Constituição determina que a elaboração da LDO ocorra à luz das diretrizes fixadas no PPA (CF, art. 166, § 4º). Esta mesma orientação vale para a elaboração da LOA (CF, art. 165, § 7º; CF, art. 166, § 3º, I).

GABARITO OFICIAL: CERTO**3.**

Segundo a Categoria Econômica, temos as Receitas Correntes e as Receitas de Capital.

Receitas Correntes são destinadas a financiar as Despesas Correntes. Classificam-se em:

- Receitas Tributárias que são provenientes da cobrança de impostos, taxas e contribuições de melhoria.
- Receitas de Contribuições que são provenientes da arrecadação de contribuições sociais e econômicas; por exemplo: contribuições para o PIS/PASEP, contribuições para fundo de saúde de servidores públicos etc.
- Receita Patrimonial são proveniente do resultado financeiro da fruição do patrimônio, decorrente da propriedade de bens mobiliários ou imobiliários; por exemplo: Aluguéis, dividendos, receita oriunda de aplicação financeira etc.
- Receita Agropecuária decorre da exploração das atividades agropecuárias; por exemplo: receita da produção vegetal, receita da produção animal e derivados.
- Receita Industrial obtida com atividades ligadas à indústria de transformação. Exemplos: indústria editorial e gráfica, reciclagem de lixo etc.

GESTÃO DE PESSOAS

Sobre a Autora

Silvana Guimarães Ferreira

Bacharel em Direito.
Especialização em Gestão Empresarial e Gestão de Projetos;
Consultora Empresarial e Coordenadora de Projetos.
Empresária.
Palestrante nas áreas de:

- Desenvolvimento Pessoal;
- Atendimento e Vendas;
- Relações Comportamentais.

Instrução: Nas questões a seguir, preencha os campos com o código C, caso julgue o item CERTO; ou com o código E, caso julgue o item ERRADO.

1. (PF – AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE – 2014) Acerca da gestão de pessoas nas organizações, julgue o item a seguir.

Os profissionais de gestão de pessoas devem ser capazes de gerenciar processos de mudanças e atuar em conjunto com as demais áreas da organização, atitudes que favorecem constantes inovações e soluções de problemas.

() CERTO () ERRADO

2. (PF – ADMINISTRADOR – CESPE – 2014) A tarefa essencial da gestão de pessoas, influenciada pela escola de relações humanas, é criar condições e oportunidades para que as pessoas possam atingir da melhor forma seus objetivos pessoais, dirigindo os próprios esforços em direção aos objetivos da organização.

() CERTO () ERRADO

3. (PF – ADMINISTRADOR – CESPE – 2014) Acerca da gestão de pessoas nas organizações, julgue o item a seguir.

Entrevistas de seleção, avaliação de desempenho, ações de desenvolvimento, análise de cargos e plano de carreira são exemplos de ferramentas de gestão de pessoas aplicadas diretamente sobre as pessoas.

() CERTO () ERRADO

1.

A Gestão de Pessoas tem sido a responsável pela excelência das organizações bem-sucedidas e pelo aporte de capital intelectual que simboliza, mais do que tudo, a importância do fator humano em plena Era da Informação.

A Gestão de Pessoas é uma área muito sensível à mentalidade que predomina nas organizações. Ela é contingencial e situacional, pois depende de vários aspectos, como a cultura que existe em cada organização, da estrutura organizacional adotada, das características do contexto ambiental, do negócio da organização, da tecnologia utilizada, dos processos internos, do nível de conflitos existentes e como são geridos, dos processos inovadores que são implantados e de uma infinidade de outras variáveis importantes.

Gestão de Pessoas atua na área do subsistema social, e há na organização também o subsistema técnico. A interação da gestão de pessoas com outros subsistemas, especialmente o técnico, envolve alinhar objetivos organizacionais e individuais.

Isso tudo traz a área de gestão de pessoas, junto com todos os demais setores organizacionais, para um importante papel estratégico, tanto para despertar e desenvolver talentos organizacionais, como para potencializar a elaboração e a execução de planos estratégicos que a organização adote para alcançar seus objetivos.

GABARITO OFICIAL: CERTO**2.**

A Gestão de Pessoas possui atribuições e objetivos que envolve uma série de aspectos, entre os principais podemos destacar:

- Ajudar a organização a alcançar seus objetivos e realizar sua missão.
- Proporcionar competitividade à organização.
- Proporcionar à organização talentos bem treinados e motivados.
- Aumentar a autoatualização e a satisfação das pessoas no trabalho.
- Desenvolver e manter qualidade de vida no trabalho.
- Administrar a mudança.
- Manter política ética e comportamento socialmente responsável.

GABARITO OFICIAL: CERTO

3.

Conforme ensina Chiavenato (2006), as técnicas de gestão de pessoas podem assim ser classificadas.



GABARITO OFICIAL: ERRADO

DIREITO CONSTITUCIONAL

Sobre a Autora

Bruna Pinotti Garcia Oliveira

Doutoranda em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB).

Mestre em Teoria do Direito e do Estado pelo Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM) – bolsista CAPES.

Professora de curso preparatório para concursos.

Professora da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Autora de diversos trabalhos científicos publicados em revistas qualificadas, anais de eventos e livros. Trabalhos realizados notadamente na área de direito eletrônico, Direitos Humanos e Direito Constitucional.

Advogada e pesquisadora.

CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES

Instrução: Nas questões a seguir, preencha os campos com o código C, caso julgue o item CERTO; ou com o código E, caso julgue o item ERRADO.

1. (PRF – AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE – 2012) Com relação aos princípios fundamentais, às classificações e ao conceito de constituição, julgue o item a seguir.

Em relação ao conteúdo, a CF deve ser classificada como analítica.

() CERTO () ERRADO

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

2. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013) No que se refere aos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF) e à aplicabilidade das normas constitucionais, julgue o item a seguir.

O mecanismo denominado sistema de freios e contrapesos é aplicado, por exemplo, no caso da nomeação dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), na atribuição do presidente da República e dependente da aprovação pelo Senado Federal.

() CERTO () ERRADO

3. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013) No que se refere aos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF) e à aplicabilidade das normas constitucionais, julgue o item a seguir.

Decorre do princípio constitucional fundamental da independência e harmonia entre os poderes a impossibilidade de que um poder exerça função típica de outro, não podendo, por exemplo, o Poder Judiciário exercer a função administrativa.

() CERTO () ERRADO

4. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013) No que se refere aos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF) e à aplicabilidade das normas constitucionais, julgue o item a seguir.

No que se refere às relações internacionais, a República Federativa do Brasil rege-se pelos princípios da igualdade entre os Estados, da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e da concessão de asilo político, entre outros.

() CERTO () ERRADO

1.

Embora a Constituição Federal seja analítica, isto é, tenha conteúdo extenso que vai além de tópicos de organização básica do Estado, a classificação das constituições entre analíticas ou sintéticas se apresenta na doutrina no aspecto extensão. Noutras palavras, em relação à extensão, a CF deve ser classificada como analítica. Ou ainda, em relação ao conteúdo, a CF deve ser classificada como formal, uma vez que possui normas constitucionais cujo conteúdo não é próprio de normas constitucionais (quanto ao conteúdo, uma constituição pode ser formal ou material).

GABARITO OFICIAL: ERRADO**2.**

O sistema de freios e contrapesos é a base do sistema de separação dos poderes. Nele, é possível perceber inter-relações entre os poderes de modo a gerar um equilíbrio intrínseco ao sistema. Um exemplo claro disso está na escolha dos Ministros do STF, membros do órgão de cúpula do Judiciário, a qual é feita pelo Chefe do Executivo, o Presidente da República, sujeita à aprovação pelo Poder Legislativo através do Senado Federal (artigo 101, CF).

GABARITO OFICIAL: CERTO**3.**

O exercício de funções atípicas pelos Poderes é aspecto inerente ao sistema de freios e contrapesos, de modo que nenhum Poder tem monopólio sobre o exercício de certas funções. Assim, se por um lado é típico que o Poder Judiciário exerça a jurisdição, de outro lado ele tem competências administrativas – exemplo disso é o próprio Conselho Nacional de Justiça, órgão do Judiciário que possui diversas atribuições administrativas acerca da organização e funcionamento do Poder Judiciário (artigo 103-B, § 4o, CF).

GABARITO OFICIAL: ERRADO**4.**

Disciplina o artigo 4º, CF: “a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: [...] V - igualdade entre os Estados; [...] IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; X - concessão de asilo político”.

GABARITO OFICIAL: CERTO

DIREITO ADMINISTRATIVO

Sobre a Autora

Bruna Pinotti Garcia Oliveira

Doutoranda em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB).

Mestre em Teoria do Direito e do Estado pelo Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM) – bolsista CAPES.

Professora de curso preparatório para concursos.

Professora da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Autora de diversos trabalhos científicos publicados em revistas qualificadas, anais de eventos e livros.

Trabalhos realizados notadamente na área de direito eletrônico, Direitos Humanos e Direito Constitucional.

Advogada e pesquisadora.

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

Instrução: Nas questões a seguir, preencha os campos designados com o código C, caso julgue o item CERTO; ou com o código E, caso julgue o item ERRADO.

1. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013) Um PRF, ao desviar de um cachorro que surgiu inesperadamente na pista em que ele trafegava com a viatura de polícia, colidiu com veículo que vinha em sentido contrário, o que ocasionou a morte do condutor desse veículo.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item a seguir:

Em razão da responsabilidade civil objetiva da administração, o PRF será obrigado a ressarcir os danos causados à administração e a terceiros, independentemente de ter agido com dolo ou culpa.

() CERTO () ERRADO

PROCESSO ADMINISTRATIVO

2. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013) Um PRF, ao desviar de um cachorro que surgiu inesperadamente na pista em que ele trafegava com a viatura de polícia, colidiu com veículo que trafegava em sentido contrário, o que ocasionou a morte do condutor desse veículo.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item a seguir:

Não poderá ser objeto de delegação a decisão referente a recurso administrativo interposto pelo PRF contra decisão que lhe tiver aplicado penalidade em razão do acidente.

() CERTO () ERRADO

SERVIDORES PÚBLICOS

3. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013) Um PRF, ao desviar de um cachorro que surgiu inesperadamente na pista em que ele trafegava com a viatura de polícia, colidiu com veículo que trafegava em sentido contrário, o que ocasionou a morte do condutor desse veículo.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item a seguir:

Ainda que seja absolvido por ausência de provas em processo penal, o PRF poderá ser processado administrativamente por eventual infração disciplinar cometida em razão do acidente.

() CERTO () ERRADO

1.

A Administração terá o dever de indenizar, independente da apuração de culpa, mas o mesmo não se aplica ao PRF. Afinal, a responsabilidade do Estado é objetiva, mas a do servidor é subjetiva. Neste sentido, o artigo 36, § 6º, CF: “As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa”. O PRF apenas teria que ressarcir os danos se tivesse agido com dolo ou culpa, independente do dever do Estado de indenizar.

GABARITO OFICIAL: ERRADO**2.**

A afirmativa está correta porque a decisão de recurso administrativo não pode ser objeto de delegação de competência, de acordo com o artigo 13, II, Lei nº 9.784/1999: “Não podem ser objeto de delegação: [...] II - a decisão de recursos administrativos; [...]”.

GABARITO OFICIAL: CERTO**3.**

Prevê o artigo 126, Lei nº 8.112/1990: “a responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria”. Sendo assim, a absolvição por falta de provas não impede a propositura de processo administrativo.

GABARITO OFICIAL: CERTO

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Sobre a Autora

Greice Aline da Costa Sarquis Pinto

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Alta Paulista (FADAP/FAP).

Membro da Comissão do Jovem Advogado na 34ª Subseção de Tupã-SP.

Advogada inscrita na OAB-SP, sob nº 298.596.

COMPETÊNCIA

Instrução: Em algumas das questões a seguir, preencha nos campos a seguir o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO.

1. (PF – DELEGADO DE POLÍCIA – 2013 – CESPE) Em regra, a competência da justiça federal decorre da identidade das partes envolvidas na relação processual, de modo que a natureza da lide pode não ser fator determinante para a fixação da competência.

() CERTO () ERRADO

2. (PF – DELEGADO DE POLÍCIA – 2013 – CESPE) No que se refere ao processamento e ao julgamento de guarda e alimentos de menor de idade residente no Brasil, a competência será concorrente entre a jurisdição brasileira e a estrangeira se o pai do menor, réu no processo, residir em outro país.

() CERTO () ERRADO

3. (PF – DELEGADO DE POLÍCIA – REGIONAL – 2004 – CESPE) As partes podem, desde que estejam de comum acordo, estabelecer o foro competente para a causa, elegendo, por exemplo, o juízo da 1.^a Vara Cível para processar o feito, sendo previsto no Código de Processo Civil o foro de eleição quando se tratar de competência territorial.

() CERTO () ERRADO

1.

STJ: 1. A competência da Justiça Federal é definida *ratione personae*, levando-se em conta, em regra, não a natureza da lide, mas a identidade das partes na relação processual, competindo à Justiça Federal o julgamento das causas em que a União for interessada na condição de ré. (gRg no CC 96593 SC 2008/0130123-1).

GABARITO OFICIAL: CERTO**2.**

De acordo com o NCPC.

Art. 21. Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que:

I - o réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil;

II - no Brasil tiver de ser cumprida a obrigação;

III - o fundamento seja fato ocorrido ou ato praticado no Brasil.

Parágrafo único. Para o fim do disposto no inciso I, considera-se domiciliada no Brasil a pessoa jurídica estrangeira que nele tiver agência, filial ou sucursal.

Art. 22. Compete, ainda, à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações:

I - de alimentos, quando:

a) o credor tiver domicílio ou residência no Brasil;

b) o réu mantiver vínculos no Brasil, tais como posse ou propriedade de bens, recebimento de renda ou obtenção de benefícios econômicos;

II - decorrentes de relações de consumo, quando o consumidor tiver domicílio ou residência no Brasil;

III - em que as partes, expressa ou tacitamente, se submeterem à jurisdição nacional.

No primeiro caso, é interessante a novidade porque a regra atual não contempla o credor de alimentos cuja obrigação não tiver que ser cumprida no Brasil e nem tenha como fundamento um ato praticado aqui.

No segundo caso, contempla-se a hipótese de réu que não seja domiciliado e nem residente no Brasil, mas por ter bens ou rendas no país poderá ser aqui demandado.

GABARITO OFICIAL: CERTO**3.**

De acordo com o NCPC.

Art. 63. As partes podem modificar a competência em razão do valor e do território, elegendo foro onde será proposta ação oriunda de direitos e obrigações.

§ 1º A eleição de foro só produz efeito quando constar de instrumento escrito e aludir expressamente a determinado negócio jurídico.

§ 2º O foro contratual obriga os herdeiros e sucessores das partes.

§ 3º Antes da citação, a cláusula de eleição de foro, se abusiva, pode ser reputada ineficaz de ofício pelo juiz, que determinará a remessa dos autos ao juízo do foro de domicílio do réu.

§ 4º Citado, incumbe ao réu alegar a abusividade da cláusula de eleição de foro na contestação, sob pena de preclusão.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

DIREITOS HUMANOS

Sobre a Autora

Bruna Pinotti Garcia Oliveira

Doutoranda em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB).

Mestre em Teoria do Direito e do Estado pelo Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM) – bolsista CAPES.

Professora de curso preparatório para concursos.

Professora da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Autora de diversos trabalhos científicos publicados em revistas qualificadas, anais de eventos e livros.

Trabalhos realizados notadamente na área de direito eletrônico, Direitos Humanos e Direito Constitucional.

Advogada e pesquisadora.

TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS

Instrução: Nas questões a seguir, preencha os campos com o código C, caso julgue o item CERTO; ou com o código E, caso julgue o item ERRADO.

1. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013) No que se refere à fundamentação dos direitos humanos e à sua afirmação histórica, julgue o item subsecutivo.

A expressão “direitos humanos de primeira geração” refere-se aos direitos sociais, culturais e econômicos.

() CERTO () ERRADO

2. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013) No que se refere à fundamentação dos direitos humanos e à sua afirmação histórica, julgue o item subsecutivo.

Conforme a teoria positivista, os direitos humanos fundamentam-se em uma ordem superior, universal, imutável e inderrogável.

() CERTO () ERRADO

SISTEMAS DE PROTEÇÃO

3. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE - 2013) Julgue o próximo item, relativo aos direitos humanos, à responsabilidade do Estado e à Política Nacional de Direitos Humanos.

O sistema global de proteção dos direitos humanos foi instaurado pela Carta Internacional dos Direitos Humanos.

() CERTO () ERRADO

VERTENTES DE PROTEÇÃO DA PESSOA HUMANA

4. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013) Julgue o próximo item, relativo aos direitos humanos, à responsabilidade do Estado e à Política Nacional de Direitos Humanos.

A aplicação das normas de direito internacional humanitário e de direito internacional dos refugiados impossibilita a aplicação das normas básicas do direito internacional dos direitos humanos.

() CERTO () ERRADO

1.

Classicamente, pela teoria de Karel Vasak, as normas de direitos humanos se dividem em três dimensões, sendo que a primeira é composta pelos direitos de liberdade, notadamente, direitos civis e políticos. A alternativa descreve a segunda dimensão, a dos direitos de igualdade, composta pelos direitos sociais, culturais e econômicos. Com efeito, a terceira dimensão é composta pelos direitos de fraternidade ou direitos difusos e coletivos.

GABARITO OFICIAL ERRADO**2.**

A origem do reconhecimento de uma categoria de direitos associada a uma ordem superior, universal, imutável e inderrogável repousa no jusnaturalismo e não no positivismo. Pelo contrário, a teoria positivista afirma em geral que as ordens jurídicas, mesmo as superiores, que estão no topo do sistema jurídico, são mutáveis e derogáveis – tanto que a doutrina clássica afirma ser ilimitado o poder constituinte originário.

GABARITO OFICIAL ERRADO**3.**

Os documentos mais importantes em termos de reconhecimento de direitos materiais do sistema universal são a Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (1948) e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1948). Juntos, eles formam a chamada Declaração Internacional de Direitos (International Bill of Rights), que corresponde às normas materiais do sistema geral de proteção de direitos humanos.

GABARITO OFICIAL CERTO**4.**

O direito internacional humanitário, que rege a aplicação de normas mínimas em favor da humanidade em conflitos armados, e o direito dos refugiados, que regula questões específicas sobre pessoas em situação de refúgio (fuga de seu país devido a perseguições injustificadas de qualquer natureza, buscando asilo noutro país), compõem ao lado do direito internacional dos direitos humanos o que a doutrina reconhece como três vertentes de proteção da pessoa humana. Tais vertentes não são estanques, muitas vezes se interligam e possuem inúmeros pontos de contato. A aplicação de normativas que se enquadram numa vertente não impede, assim, a simultânea aplicação das normativas que se encaixem em outra.

GABARITO OFICIAL ERRADO

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Sobre a Autora

Bruna Pinotti Garcia Oliveira

Doutoranda em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB).

Mestre em Teoria do Direito e do Estado pelo Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM) – bolsista CAPES.

Professora de curso preparatório para concursos.

Professora da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Autora de diversos trabalhos científicos publicados em revistas qualificadas, anais de eventos e livros.

Trabalhos realizados notadamente na área de direito eletrônico, Direitos Humanos e Direito Constitucional.

Advogada e pesquisadora.

Instrução: Considere os enunciados e assinale as alternativas corretas.

1. (PRF – AGENTE ADMINISTRATIVO – FUNCAB – 2014) Os conceitos de ética e moral, embora próximos, não são idênticos. Uma das distinções possíveis entre tais concepções está fundada na constatação de que:

- a) a ética é o estudo geral do que é bom ou mau, sendo seu objetivo maior o estabelecimento de regras. A moral, ao contrário, não se vincula a costumes e hábitos porque não guarda correlação com aspectos prescritivos ou impositivos.
- b) a moral incorpora as regras adquiridas para a vida em sociedade, enquanto a ética reflete sobre as regras morais vigentes sem, contudo, contestar a conveniência ou a exigibilidade de tais normas.
- c) a moral é um conjunto de normas apreendidas no processo de socialização e que regula a conduta dos indivíduos em sua convivência. A ética é uma ponderação teórica sobre a moral cujo objetivo é discutir e fundamentar reflexivamente as normas morais.
- d) quando um determinado sujeito reflete sobre uma norma moral e a considera equivocada ou ultrapassada, faz exercício de sua consciência moral, inexistindo na hipótese qualquer consideração que se possa vincular ao conceito de ética.
- e) a ética se caracteriza como conjunto de costumes e hábitos de um grupo social, atuando sobre o comportamento do indivíduo que interage socialmente. A moral é um conjunto de valores sociais universais que não se materializam em padrões de conduta.

2. (PRF – AGENTE ADMINISTRATIVO – FUNCAB – 2014) É certo que os princípios se distinguem de valores e regras. Sobre os princípios e sua função, é correto afirmar:

- a) Nem sempre os princípios devem ser aplicados em sua inteireza, pois, em caso de conflito entre regra e princípio, as regras predominam, em razão de sua superioridade normativa.
- b) Os princípios são comandos definitivos que se aplicam ou não se aplicam em uma determinada situação, segundo um parâmetro de “tudo ou nada”.
- c) Enquanto as regras são comandos definitivos, os princípios são normas de otimização, que comportam uma ideia de gradação capaz de permitir sua aplicação de forma ponderada.
- d) A noção de validade é essencial ao reconhecimento dos princípios, porque estes devem ser sempre aplicados de modo que seja feito o que prevem na íntegra, em todas as situações.
- e) Os princípios são valores individuais oriundos de juízos internos formulados por cada cidadão, valores estes que serão tolerados se estiverem de acordo com os valores sociais.

1.

Em “a”, o erro está em afirmar que a moral não se vincula a hábitos, quando na verdade muitos filósofos morais afirmam que o hábito gera a virtude (ex.: Aristóteles, Santo Tomás de Aquino).

Em “b”, o erro está no fato de que justamente porque o papel da ética é refletir sobre a moral, é bastante possível e inclusive comum que conteste a conveniência e exigibilidade de tais normas.

Em “c”, o principal objetivo da moral é regular a conduta humana, afinal a moral tem por objeto central justamente a ação humana. A ética pondera teoricamente sobre a moral, exercendo o papel reflexivo. Logo, moral é ação e ética é reflexão.

Em “d”, o erro está em afirmar, novamente, que ao se refletir sobre a moral não é possível que a ética sofra alterações – obviamente, é possível e é comum.

Em “e”, o erro está na inversão de conceitos: a moral que se caracteriza como costumes e hábitos de um grupo social e atua sobre o comportamento do indivíduo que convive socialmente; e a ética que se caracteriza como um conjunto de valores que não se materializam na conduta – ética como reflexão e moral como ação.

GABARITO OFICIAL: C**2.**

Verifiquemos item a item:

Em “a”: errada porque, no conflito entre regras e princípios, prevalecem os princípios, justamente porque eles dão fundamento às regras.

As alternativas “b” e “d” estão erradas porque é possível a aplicação parcial de um princípio.

Em “c”, a alternativa está correta, pois descreve de forma clara a função das regras de trazer comandos definitivos (com baixa margem de interpretação, teor claro e preciso) e dos princípios de trazerem mandamentos de otimização (ou seja, são o fundamento para a melhor interpretação das regras) e que podem ser graduados (colisões de princípios são resolvidas por critérios de ponderação, diferente do conflito de normas, em que uma norma anula a outra – nos princípios, busca-se o equilíbrio).

Em “e”, a alternativa está errada porque os princípios são essencialmente gerais, não são formados em juízo individual.

GABARITO OFICIAL: C

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Sobre a Autora

Bruna Pinotti Garcia Oliveira

Doutoranda em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB).

Mestre em Teoria do Direito e do Estado pelo Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM) – bolsista CAPES.

Professora de curso preparatório para concursos.

Professora da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Autora de diversos trabalhos científicos publicados em revistas qualificadas, anais de eventos e livros.

Trabalhos realizados notadamente na área de direito eletrônico, Direitos Humanos e Direito Constitucional.

Advogada e pesquisadora.

LEI Nº 9.605/1998 – LEI DE CRIMES AMBIENTAIS

Instrução: Nas questões a seguir, preencha os campos com o código C, caso julgue o item CERTO; ou com o código E, caso julgue o item ERRADO.

1. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013) Com fundamento na lei que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher – Lei Maria da Penha — e na Lei dos Crimes Ambientais, julgue os próximos itens.

Responderá por crime contra a flora o indivíduo que cortar árvore em floresta considerada de preservação permanente, independentemente de ter permissão para cortá-la, e, caso a tenha, quem lhe concedeu a permissão também estará sujeito às penalidades do respectivo crime.

() CERTO () ERRADO

LEI Nº 11.343/2006 – LEI DE DROGAS

2. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013) A respeito das contravenções penais e da lei que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, julgue o item subsequente.

Caso uma pessoa injete em seu próprio organismo substância entorpecente e, em seguida, seja encontrada por policiais, ainda que os agentes não encontrem substâncias entorpecentes em poder dessa pessoa, ela estará sujeita às penas de advertência, prestação de serviço à comunidade ou medida educativa de comparecimento à programa ou curso educativo.

() CERTO () ERRADO

LEI Nº 9.455/1997 – LEI DE TORTURA

3. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013) Com fundamento na legislação que define os crimes de tortura e de tráfico de pessoas, julgue o item a seguir.

Para que um cidadão seja processado e julgado por crime de tortura, é prescindível que esse crime deixe vestígios de ordem física.

() CERTO () ERRADO

1.

O art. 39, da Lei nº 9.605/1998, tipifica a conduta de “cortar árvore em floresta considerada de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente”. Sendo assim, se o indivíduo possuir permissão para o corte de árvore em área de preservação permanente, não haverá incidência do tipo.

GABARITO OFICIAL: ERRADO**2.**

A conduta de posse para uso próprio é tipificada no art. 28, da Lei de Drogas: Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas: [...]. Observe que ter injetado ou ter consumido drogas não faz parte do núcleo típico, sendo assim, a conduta é atípica, não se aplicando as medidas do art. 28.

GABARITO OFICIAL: ERRADO**3.**

Observe o teor da primeira parte do artigo 1o, I, Lei nº 9.455/1997: “Art. 1º Constitui crime de tortura: I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental [...]”. O sofrimento mental não deixaria vestígios de ordem física. Também é possível que o sofrimento físico, pela forma como for infligido, não deixe vestígios. Fato é que a existência de vestígios não é elementar do tipo. Assim, é prescindível, isto é, dispensável, a existência de vestígios de ordem física.

GABARITO OFICIAL: CERTO